

FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE PEDAGOGIA

DALVA MARIA DA FONSECA

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO
NO CRESCIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS**

Patos de Minas – MG

2018

FACULDADE PATOS DE MINAS

CURSO DE PEDAGOGIA

DALVA MARIA DA FONSECA

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO
NO CRESCIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para a conclusão do Curso de pedagogia

Orientadora: Dra. Silvia Cristina Fernandes Lima

Patos de Minas - MG

2018

DALVA MARIA DA FONSECA

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO NO CRESCIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____ de novembro de 2018, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Orientador: _____

Prof.º. Esp. Nome completo

Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____

Prof.º. Esp. Nome completo

Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____

Prof.^a. Esp. Nome completo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela realização de um sonho nesta altura da vida. Aos professores, em especial minha orientadora que tanto ajudou com esse trabalho de conclusão, meus colegas e sobrinhas pelo incentivo. A minha mãe e irmãzinha Down que tanto amo. Enfim todos que me apoiaram neste meu objetivo.

Alfabetização de adultos como forma de intervenção no crescimento social das pessoas

Autora: Dalva Maria da Fonseca *

Orientadora: Dra. Silvia Cristina Fernandes Lima **

RESUMO

Esta pesquisa analisa a alfabetização de jovens, adultos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica no que se refere aos estudos teóricos que trabalham sobre essa temática, no intuito de compreender a história da alfabetização dos jovens e adultos, principalmente, a partir das políticas públicas que foram criadas ao longo da história. Buscou-se, ainda, refletir sobre a concepção de alfabetização de Paulo Freire. Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, em que, foi analisada a função da alfabetização para jovens e adultos alfabetizandos, bem como, o olhar da professora frente essa modalidade de ensino. Como resultados evidenciamos que cabe ao professor trabalhar no intuito de resgatar a autoestima desses alunos diante de sua situação de constrangimento de pessoa sem o conhecimento da leitura e escrita. A pesquisa também revela que os idosos e jovens que conseguem alfabetizar se sentem mais motivados, com a autoestima elevada por se sentirem parte da sociedade. Nesse sentido, com esse estudo compreendemos que o processo de alfabetização e letramento vai para além de saber ler e escrever, constitui também a formação de cidadãos que procuram lutar por seus direitos. De modo que podemos afirmar que a alfabetização dos adultos é uma forma de intervenção no desenvolvimento e crescimento social das pessoas.

Palavras-Chave: Alfabetização de jovens e adultos; Paulo Freire; Autoestima.

*Aluna do Curso de pedagogia da Faculdade Patos de Minas (FPM) formando no ano de 2018 e-mail dalva.maria001@hotmail.com

**Professora de Supervisão e Orientação escolar no curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: silvia.lima@faculdadepatosde minas.edu.br

ABSTRACT

This research aims to analyze a literacy of young adults. To do so, a bibliographical review will be carried out regarding the theoretical studies that work on the subject. In order to understand the history of the literacy of young people, adults, mainly, from the public policies that have been created throughout history. We also seek to reflect on the conception of literacy of Paulo Freire. In order to collect data, a field research was carried out, in which the role of literacy for youngsters and literacy adults was analyzed, as well as the teacher's view of this type of education. As results we show that it is up to the teacher to work in order to rescue the students 'self-esteem in the face of their embarrassment of the person without the knowledge of reading and writing. The research also reveals that the elderly and young people can become literate and feel more motivated, with self-esteem elevated because they feel part of society. In this sense, with this study we understand that the process of literacy and literacy goes beyond knowing how to read and write, it is also the training of citizens who seek to fight for their rights. So, we can say that adult literacy is a form of intervention in the social development of people.

Keywords: Literacy for youth and adults, Paulo Freire, self esteem

1 INTRODUÇÃO

O imensurável valor da alfabetização e letramento completa o ser humano, eleva a autoestima, insere-o na sociedade letrada, ampliando horizontes até então desconhecidos.

Por outro lado, o analfabeto, leva consigo uma história de vida, muitas vezes, sem oportunidades das quais é necessário ter escolaridade. O analfabeto adapta-se à sociedade no que se refere às funções básicas do cotidiano. Trabalham, são consumidores. Porém, esta adaptação é limitada. Pode-se perceber esta limitação nos serviços prestados à sociedade, como por exemplo: saúde, serviços bancários e transportes. Na saúde, o analfabeto, por não compreender a escrita, pode não fazer o uso correto da medicação, pode ocorrer troca de horários para a ingestão dos mesmos.

Nos serviços bancários, embora alguns deles saibam de cor os números da senha, eles precisam de ajuda dos funcionários e quando esses não estão presentes servem-se da ajuda de terceiros. Ficando, desta maneira, expostos à ação de bandidos.

No que se refere ao transporte, na maioria das vezes, depara-se com pessoas que perguntam qual ônibus que se aproxima. Ou pedem para serem avisados quando o ônibus de determinada rota se aproximar.

Diante disso, o analfabeto ciente, de sua condição de vida, abdica seus direitos de cidadão. Adaptado a esta condição, muitas vezes, não procuram a escola, seja por acreditar que o tempo dele já passou ou por achar que não consegue aprender tantos conteúdos e informações. São pessoas com baixa autoestima por se sentirem excluídos da sociedade.

Desta maneira, o papel do alfabetizador é de suma importância. O primeiro propósito é elevar a autoestima do aluno. Ser ouvinte de sua história, conscientizá-lo quanto à capacidade de aprendizagem de todo ser humano, independe da idade cronológica ou trauma de aprendizagem, se por ventura existir.

O alfabetizador deve ser conhecedor de uma metodologia e didática que atendam a dificuldade de aprendizagem do aluno, atentando-se para a justificativa e

objetivos propostos na aprendizagem. É preciso compreender que o adulto possui uma história de vida com várias vivências e experiências. Neste sentido, o alfabetizador de modo a resgatar a consciência do educando enquanto cidadão ativo na sociedade, eleva, assim, sua autoestima e sua participação na transformação da sociedade.

A alfabetização de jovens e adultos, neste aspecto, vai para o além do ensino da leitura e escrita, trata-se de uma mudança na qualidade de vida deste educando. Diante desta concepção, concordamos com o autor Gadotti quando afirma que:

O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (Paulo FREIRE, Educação na cidade, 1991, p. 68 Apud GADOTTI)

Alfabetização no conceito de Paulo Freire (1967), vai além de ler e escrever. Para ele, alfabetização é o resgate do cidadão para a sociedade. É inseri-lo na mesma com direitos iguais. É resgatar o indivíduo rumo ao progresso socioeconômico participativo, transformador da realidade destes cidadãos oprimidos e sem voz na sociedade de opressores.

Para a realização deste estudo, buscou-se realizar a revisão literária de modo que, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico em sites, como scielo, google acadêmico, sites de universidades, revistas e livros, buscando-se sempre pelo tema em questão.

Com este estudo, buscou-se averiguar dentro da temática a alfabetização de adultos para compreender como se dá este processo e o desenvolvimento da autoestima dos alfabetizandos. Visa, sobretudo, a valorizar o trabalho feito com adulto, uma vez que o mesmo não teve oportunidade de fazer a sua alfabetização no decurso normal de sua vida. Constitui, pois, a problemática deste artigo o questionamento dos motivos que levaram as pessoas a não se alfabetizarem em

situações normais de aprendizagem, sem defasagem série/idade. Sabe-se que muitas pessoas não são alfabetizadas pelos mais variados motivos.

Dentro deste pensamento, o artigo objetivou realizar um trabalho de pesquisa de campo, com revisão narrativa conceitual, de cunho bibliográfico referente à alfabetização de adultos, indicando, inclusive, oportunidades de interação dos mesmos com o letramento e, conseqüentemente, com o mundo da leitura e da escrita e o encorajamento para enfrentar o desafio.

Desta forma, o trabalho buscou a apresentar os motivos que levaram pessoas a não se alfabetizarem na idade própria. Pensa-se que muitos motivos levariam uma pessoa a chegar à idade adulta sem se alfabetizar. Poder-se-ia pensar que teriam dificuldades de aprendizagem e essas o levariam a abandonar a escola antes de o processo acontecer. Talvez o método usado pela professora não tenha contribuído com a aprendizagem do aluno em idade própria, levando-o a desanimar do processo, causando, muitas vezes, às crianças vários anos de repetição conseqüentemente, levando-a evasão. Também pode ocasionar este problema a condição social familiar. Muitas crianças abandonam a escola para ajudar suas famílias, tendo que trabalhar mais cedo.

Esta pesquisa teve a pretensão, então, de realizar um trabalho de pesquisa sobre a alfabetização de adultos e as oportunidades de interação dos mesmos com o letramento e conseqüentemente, com o mundo da leitura e escrita e encontrar formas de encorajamento para este desafio.

O trabalho foi organizado seguindo os caminhos de: fazer uma reflexão sobre a concepção de alfabetização de Paulo Freire; pesquisar na literatura sobre o tema a história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, a partir das políticas públicas que foram criadas; discorrer sobre o processo de alfabetização, bem como, o nível de satisfação dos alunos da EJA em uma escola da rede pública e pesquisar situações de motivação e resgate da autoestima de pessoas analfabetas.

2- METODOLOGIA

A metodologia deu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de caráter qualitativo e quantitativo, que nos permitiu uma análise tanto de dados como de respostas descritivas. Para a pesquisa bibliográfica, tomou-se como suporte teórico as obras de Paulo Freire, no intuito de refletirmos sobre a sua concepção de alfabetização. Também pesquisou-se teóricos que relatam a história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, principalmente, a partir das políticas públicas que foram criadas.

A investigação de campo foi realizada em uma turma de alfabetização de adultos que está frequentando a EJA na Escola Municipal Frei Leopoldo, situada à rua Dr. Adélio Maciel 29 – Várzea, Patos de Minas – MG38 700- 516 – telefone 3822 97 69. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de dois questionários com cinco questões objetivas. Um questionário foi aplicado para a professora alfabetizadora e o outro foi aplicado a oito alunos, que se prontificaram a responder.

Para se compreender melhor como se dá o processo de alfabetização e verificar o crescimento ou não da autoestima destes alunos, foi acompanhado um dia da semana a aula, por um período de três meses. Todos os participantes quando entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Os procedimentos que foram utilizados não causaram prejuízos ao bem-estar e à integridade dos indivíduos. Foi uma pesquisa voluntária, sem desconforto ou mobilização interna aos participantes, os quais, tiveram a possibilidade de parar com a entrevista em qualquer momento ou até de desistir, sempre deixados livre a participação. Sendo que o projeto foi encaminhado ao Comitê de ética em pesquisa e foi aprovado por meio do parecer n. 2.662.633.

O presente trabalho pode contribuir com estudos na área da alfabetização de jovens e adultos, enriquecendo o conjunto das pesquisas na área, para que melhor se possa compreender o processo de alfabetização de adultos no Brasil.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Um pouco da história da educação de jovens e adultos no Brasil

O analfabetismo no Brasil sempre foi um problema discutido, porém, não resolvido. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dado de 2017, no Brasil existe 11,8 milhões de analfabetos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 7,2% da população de 15 anos ou mais de idade estão dentro da taxa de analfabetismo. A maior concentração de analfabetos é entre a população com 60 anos ou mais, e na região nordeste.

A região nordeste possui 6,5 milhões dos 11,8 milhões de analfabetos do Brasil, uma taxa de 14,8%, enquanto as regiões sudeste possuem taxas de 3,8% e sul 3,6%, os melhores indicadores nacionais. 1,1 milhão dos 11,8 milhões de analfabetos estão nas 27 capitais, cerca de 10% do total do país. São Paulo possui uma taxa de 1,9% na sua população de 12,1 milhões de habitantes. Segundo IBGE (2017) analfabetos são pessoas que não sabem ler um bilhete simples.

O analfabetismo não está apenas somando taxas e os melhores indicadores. Está mostrando uma ferida que existe no Brasil desde o período colonial, são pessoas que vivem distante de seus direitos de cidadãos garantidos pela Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205).

O mesmo direito é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, conforme podemos verificar no artigo segundo:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, (9394/96, Art, 2).

Contudo, embora a legislação tenha o cuidado de referendar sobre a Educação como direito de todos. A Educação de Jovens e Adultos tem ficado de modo secundário ao longo da história de nosso país.

A história do analfabetismo no Brasil está presente no contexto histórico desde o Brasil colônia, porém, só no final do Brasil Império que estes dados

alarmantes e vergonhosos foram registrados em 1872 no primeiro censo realizado, que indicava 82,3 % com pessoas com mais de cinco anos.

O analfabetismo no Brasil até o final do Império não era um problema para a sociedade da época (FERRARO, 2004, p. 113). Conforme a análise desse autor, o Brasil, na condição de país agrário-exportador, latifundiário e escravocrata não havia colocado em questão o analfabetismo.

A reforma eleitoral de 1881, Lei Saraiva, trouxe a questão da vergonha do elevado índice do analfabetismo do Brasil que era o pior dos países centrais (FERRARO, 2004). O analfabetismo que nunca fora um problema pedagógico, passa a se destacar como um problema político, vinculado com a questão eleitoral. Retirado o direito ao voto da grande massa, sem tomar conhecimento da real necessidade de uma política de alfabetização.

De acordo com Paiva (2003), até a Segunda República, com raras exceções, não existia um programa para a Educação de Jovens e adultos. Ou seja, a educação de jovens e adultos não se distinguia dentro da problemática geral da Educação Popular.

A formação das escolas primária dos republicanos foi um processo contínuo dessa realidade e o marco da história da exclusão social dos jovens analfabetos no Brasil.

A diferenciação etária foi construída historicamente já no processo que consolidou a “escola dos primeiros republicanos”. Com a criação dos grupos escolares de São Paulo (1893-1894), que associava ano letivo a ano civil, série a idade, conhecimento a série, estabelecendo uma progressão homogênea no progresso do aluno no universo da escola, a questão da idade começou a ser tematizada e os alunos maiores estigmatizados como “inadequados” aos novos tempos e às novas diretrizes impostas à escola primária (FREITAS e BICCAS, 2009, p).

Nessa perspectiva, a educação de jovens/adultos estava atrelada a educação primária das crianças. Não havia uma modalidade de educação de jovens e adultos. A preocupação com a educação primária de crianças surge nesse momento com o objetivo de diminuir as altas taxas de futuros adultos analfabetos. Como não havia uma proposta pedagógica para os jovens, estes frequentavam as aulas juntamente com as crianças mais novas. Porém, com o modelo pedagógico voltado para

crianças os jovens adultos se sentiam, muitas vezes, infantilizados. E ao se sentir fora daquele contexto muitos desistiam.

Assim, pensar a educação de jovens e adultos no Brasil, remete-se a uma história de luta, numa sociedade claramente marcada pela divisão entre os que tinham muito e aqueles que não possuíam nada. Os últimos em vários momentos são considerados incapazes e por esse motivo não se alfabetizaram, desconsiderando todo o contexto social, econômico e político que impossibilitaram a alfabetização na idade própria.

3.2 As campanhas nacionais de educação de jovens e adultos

No final do Estado Novo, a educação de adultos foi questionada como um problema. As discussões sobre esta problemática começam a se tornar mais independentes de outros setores da educação. Mediante dados alarmantes, fruto do censo de 1940, o qual indicava a existência de 55% de analfabetos nas idades de 18 anos e mais. Inicia-se uma busca para solucionar o problema do analfabetismo (PAIVA, 2003).

Diante deste panorama, em 1947, é criada a primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos Analfabetos (CEAA) promovida pelo ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho.

O Departamento nacional de Educação prestou serviços à Campanha de Alfabetização de Adultos, cujo objetivo era levar “educação de base” “educação fundamental comum” a toda população das áreas urbanas e rurais consideradas analfabetas, e alcançar mais de 50% desta população, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da população (FREITAS e BICCAS, 2009).

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), de 1952, e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958, “foram criadas como desmembramento da primeira campanha” (FREITAS, BICCAS, 2009 p. 223). Os resultados não foram satisfatórios. Porém, o objetivo de levar educação de base nas áreas rurais foi alcançado satisfatoriamente, amenizando a imagem de “ignorância” da população rural, oposta a imagem urbana. Porém, aqui se denota o dualismo na base histórica da sociedade brasileira, em que, a população rural e das camadas mais pobres é vista como ignorante e inferior.

No governo de Juscelino Kubitschek (1955 a 1960), campanhas de alfabetização de adultos não foram prioridades (FREITAS, BICCAS, 2009). No entanto, em 1958, JK convocou um congresso de alfabetização de adultos, contudo, neste congresso, as discussões acabaram centrando-se no ensino primário, ficando assim, mais uma vez a educação de jovens e adultos em segundo plano.

Ainda neste contexto, surgiu o grupo pernambucano chefiado por Paulo Freire, que em seu relatório ressaltou, o “problema do nordeste não é o analfabetismo e sim, a miséria nordestina” (FREITAS. BICCAS, 2009, p. 226). Conforme pode-se verificar nas palavras de Paulo Freire:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos, índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência” de sua “proverbial preguiça” (1981, p.11).

Paulo Freire, com seus ideais de educador, formulava novas ideias para conscientização das classes humildes que herdaram o analfabetismo e a opressão dos opressores da história do povo brasileiro. Na concepção de Freire, a educação transformaria as pessoas analfabetas e a realidade da sociedade, livrando-os da inexperiência democrática e, inserindo-os no contexto do desenvolvimento que a Nação vivia naquele contexto histórico.

No final da década de 50 e início da década de 60, aconteceu o Movimento de Educação popular em todo país, tendo grande repercussão nas regiões do nordeste, que se destacavam pela alta taxa de jovens e adultos analfabetos.

Paulo Freire em suas propostas pedagógicas afirmava que a educação dos adultos deveria se dá de maneira concreta de acordo com a realidade de seu meio, com sua cultura regional, seus conhecimentos prévios de trabalhadores rurais e urbanos. Em suas palavras: “Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 1987, p. 20). Conforme Paiva (2003) no

método proposto por Paulo Freire havia uma preocupação em estabelecer um sistema coerente entre a teoria e as técnicas pedagógicas mais apropriadas à realidade dos alunos.

No governo de João Goulart (1961 a 1963), Paulo Freire foi nomeado presidente de uma comissão de cultura popular, pelo, então, ministro da educação Paulo de Tarso que tinha o objetivo de implantar em todo território nacional, novos sistemas de caráter eminentemente popular. Foram criadas, Comissões Regionais de Cultura Popular com o objetivo de pesquisar e promover a cultura popular como: folclore, teatro, música e outros (FREITAS, BICCAS, 2006).

EM 1963, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de alfabetização e Cultura Popular, e o método de Paulo Freire foi “constituído referência” na alfabetização de adultos. Segundo Paiva (2003, p. 210):

Marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação popular adulta para a participação na vida política da Nação.

Neste contexto, do movimento de educação popular, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, instituído em 1964, por meio do decreto 53.465 e no artigo 4º “convocava todos os setores populares mobilizáveis” sendo Paulo Freire nomeado para coordenador do programa e seu método foi “legitimado” e foi previsto a criação de “círculos de cultura” com o objetivo de alfabetizar “8,97 % da população analfabeta na faixa etária de 15 a 45 ano” (FREITAS, BICCAS, p. 242). É importante ressaltar que o projeto do Movimento de Educação de Base (MEB), bem como, as propostas orquestradas por Paulo Freire visava não somente ao acesso do saber escolarizado, mas sim um processo de conscientização e transformação destes sujeitos. Para Paulo Freire, com a conscientização dos sujeitos é possível conceder a eles maior participação na vida política econômica e social, mudando assim, a própria estrutura desigual da sociedade.

Outro ponto importante é com relação ao material didático adotado pelo MEB, os próprios títulos dos materiais criados indicavam a relação entre alfabetização e conscientização, que consistia principalmente numa didática que partia da realidade da vida e do trabalho dos camponeses e trabalhadores urbanos. De acordo com

Freitas e Biccas (2009), o material didático elaborado pelo MEB era assim organizado:

Composto de três volumes: cartazes geradores¹, diário de alfabetização e caderno de alfabetização. O texto de leitura é uma história organizada em 26 lições, as quais se abrem em temas geradores articulados para dar a base para o processo de alfabetização (2009, p. 243).

De modo geral, podemos afirmar que as lições destacavam a compreensão do mundo e do homem, os conflitos da vida humana, as injustiças que são visíveis em um país subdesenvolvido. Contudo, o projeto de educação popular com a criação dos círculos de cultura teve uma curta duração, tendo em vista que o plano foi extinto pelo decreto nº 53.886/64 e seus líderes repreendidos e exilados pela Ditadura Militar (FREITAS, BICCAS, 2009), (PAIVA, 2003).

Com os novos ideais do regime militar, opostos aos ideais de uma educação conscientizadora de Paulo Freire, o plano nacional de educação de jovens e adultos foi extinto e muitos líderes do programa de alfabetização de adultos foram presos e exilados. A educação brasileira, como todas as instituições sofreu intervenção da ditadura militar, passou por uma grande reforma.

A educação de jovens e adultos pós-1964 foi totalmente reformulada passando a ocupar um importante lugar no processo de mediação entre o estado e a sociedade brasileira. Esse é um momento histórico em que contradição e autoritarismo se alimentam reciprocamente. De um lado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), como possibilidade de incrementar a coesão social. Por outro foi projetada como o símbolo de uma sociedade democrática em um regime de exceção... O Brasil assistiu à mistificação da educação tratada como estratégica possibilidade para a mobilidade social do indivíduo (FREITAS e BICCAS, 2009, p,247).

¹ Para que possamos melhor compreender a prática dos temas geradores é interessante a análise feita por Paiva (2003, p. 281) “a prática do método tinha como base inicial o levantamento do universo vocabular dos grupos com os quais a equipe pretendia trabalhar. Em seguida eram escolhidas as palavras no universo vocabular pesquisado, devendo ser selecionadas pela sua riqueza fonêmica, pelas dificuldades fonéticas da língua e pelo engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural ou política”.

Diante da perspectiva apresentada a população necessitava de escolarizar-se para seu crescimento pessoal e o desenvolvimento econômico do país. Foi assim, diante de protestos dos mesmos, que o governo militar instigou a criação da Ação básica Cristã (Cruzada ABC). Programa criado com ambições de abrangência nacional, usando recursos financeiros internacionais das igrejas protestantes. Porém, o que se pretendia com a cruzada, era propalar uma "consciência democrática" apoiando o regime militar. Diante de manifestações e críticas, a cruzada durou de 1964 a 1969. E não teve o desfecho de alfabetização nacional esperada.

Em 15 de dezembro de 1967, foi criada a lei 5.379, que criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Conforme Paiva (1972) no dia 8 de setembro de 1967 foram assinados vários decretos que visavam realizar levantamentos de recursos destinados a alfabetização. Programa que visava dar uma resposta à sociedade quanto ao alto índice de analfabetos. Contudo, embora o programa tenha sido criado para dar uma resposta a questão do analfabetismo para a sociedade, a mesma não foi consultada para se posicionar quanto as proposições e metodologias do programa. Contudo, não se pode negar que o programa foi uma campanha de massa e teve uma expansão bastante expressiva no território nacional, com o apoio de empresas e mídias na divulgação e convocação dos analfabetos para se matricularem. Bem como, nas propagandas de divulgação do material didático.

Com efeito, para que possamos compreender melhor esta campanha, é necessário ressaltar as características metodológicas e pedagógicas do mesmo. O primeiro ponto que precisa-se compreender é o aspecto político-ideológico da campanha. Em que as propagandas na rádio, televisão, revistas, tinham como tarefa transmitir a ideia de que campanha seria a solução para uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o objetivo de resolver o problema do analfabetismo histórico do Brasil em 10 anos, o MOBREAL foi reestruturado organizado e descentralizado em três níveis de administrativos: Mobral central; Coordenações Estaduais e Territoriais e comissões municipais. É importante ressaltar que os professores não tinham autonomia para elaborar e planejar o processo pedagógico, ficando esse a cargo de coordenadores e supervisores do Mobral central. As coleções didáticas foram

produzidas em larga escala por três grandes empresas privadas que, disputavam entre si, para garantir sua participação. O método adotado nas coleções era o analítico-sintético com a utilização de palavras geradoras e a partir desta era feita a decomposição em sílabas. A utilização das palavras geradas leva a pensar que havia uma aproximação da proposta de Paulo Freire, porém, era utilizada apenas a técnica e não a metodologia freiriana. Outra característica das cartilhas eram as mensagens presentes de civismo, nacionalidade, orientações para o trabalho, vida doméstica, dentre outros temas dos quais é notório os compromissos ideológicos do Mobral.

Diferentemente do programa idealizado por Paulo Freire, a campanha de alfabetização do Mobral visava à alfabetização de jovens e adultos para que pudessem se adequar à nova “sociedade moderna”. Ou seja, a formação de mão-de-obra para atender as necessidades da indústria e comércio. Conforme ressalta Freitas e Biccias:

Chama a atenção a ausência de qualquer possibilidade de problematizar e questionar a realidade. A educação era projetada como simples adaptação e preparação de sujeitos com base na promessa de inserir a todos nas demandas do projeto nacional que estava em andamento, um projeto de desenvolvimento sem os entraves das tensões sociais (2009, p.260).

Neste sentido, podemos perceber que o movimento Mobral tinha como objetivo primordial qualificar mão-de-obra apoiar e legitimar o regime militar. E aqui evidencia-se o que Paulo Freire denominou de “os opressores falsamente generosos” que nada mais querem além de que sua “generosidade” continue tendo oportunidades, pois “a ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1987, p. 20).

Com efeito, embora o MOBREAL tenha sido uma campanha de maior investimento, a partir do final da década de 70 era visível o fracasso do programa e seu objetivo maior que era erradicar o analfabetismo no Brasil não fora alcançado.

3.3 A educação de jovens e adultos no Brasil redemocratizado

Com o fim do período militar, o governo federal a partir do ano de 1985, criou a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). Conforme estudo realizado por Haddad e Pierro (2000), A Fundação Educar representou uma continuidade do MOBREAL, não havendo grandes mudanças. O que ocorreu foi um processo de descentralização do processo, constituindo-se em um órgão de fomento técnico e financeiro para os municípios. Veja nas palavras dos autores: “a diretriz de descentralização fez com que a Fundação assumisse o papel de órgão de fomento e apoio técnico, privilegiando a modalidade de ação indireta em apoio aos municípios, estados e organizações da sociedade civil” (HADDAD & PIERRO, 2000, p. 120).

No início do governo de Fernando Collor foi extinta a Fundação Educar, sendo extinto também o valor de “2% sobre imposto de renda das pessoas jurídicas que há duas décadas supria financeiramente o Mobral e a Fundação Educar. Ocorrendo assim, a “transferência direta dos programas de alfabetização de adultos e pós-alfabetização da União para os municípios” (HADDAD & PIERRO, 2000, p. 121). Sendo os municípios responsáveis pelas séries iniciais e pelo Ensino Fundamental e o Estado pelo “segmento” do Ensino Fundamental e o Ensino médio. Ainda no governo de Fernando Collor houve a promessa de um Programa Nacional de Educação e Cidadania (PNAC) com a intenção de substituir a Fundação Educar, porém, não alcançou o objetivo proposto. Sendo desprezada no governo do Vice-presidente Itamar Franco.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), no final de 1996 a nova LDB 9.394 foi aprovada pelo Congresso Nacional. No entanto, a seção dedicada á educação básica de jovens e adultos não trouxe melhorias significativas. Mantendo a oferta gratuita na forma de cursos e exames supletivos. Destaca-se como inovador o rebaixamento da idade mínima para os candidatos ao programa instituindo 15 anos para os candidatos do Ensino Fundamental e 18 anos para os candidatos do Ensino Médio. Organicamente o ensino de jovens e adultos foi integrado ao Ensino Básico. (HADDAD & PIERRO. 2000, p. 121 e 122).

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) segundo estudos realizados por Almeida e Corso (2015), a educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos, foram tratadas como áreas de prioridade. As

matrículas foram incorporadas ao financiamento do FUNDEB e aconteceu o desenvolvimento de programas em diferentes ministérios no período de (2002 á 2006), voltados para jovens e adultos trabalhadores. Em destaque: Brasil alfabetizando, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fabrica, Exame Nacional Para Certificação de competência de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovens, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Reforma Agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação Profissional, PNQ (MTEO), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área da enfermagem – PROFAE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa).

O que pode-se perceber mediante destes diversos programas é que a educação de jovens adultos é caracterizada por ações isoladas e descontínuas típicas ações de governo e não de uma política de Estado. Evidenciamos que a partir do ano de 2003 aos dias atuais há uma vinculação entre a alfabetização de adultos à educação profissional, como podem ser vistos, sobretudo, nos programas Projovem e o Proeja que voltam-se para “a certificação do ensino fundamental articulado à formação profissional inicial para um público de 18 a 29 anos” (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1293).

Mediante essa pesquisa pode-se afirmar que pouco se tem pensado na prática pedagógica e com a história concreta destes jovens e adultos.

4 DISCUSSÃO

Para o presente trabalho foi realizada a pesquisa de campo em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Adelaide Maciel, localizada na Rua Rio Grande do Norte, 554 – bairro Cristo Redentor, Patos de Minas - MG, 38700-216, para a Escola Municipal Frei Leopoldo, localizada na Rua Adélio Maciel, 29 – Bairro Várzea, Patos de Minas - MG, 38700-516. Área de fácil acesso e segurança para alunos e professores. Sala multisseriada, denominada primeiro, segundo e terceiro período,

referentes ao 1º 2º e 3º ano do Ensino Fundamental 1, e mapeada por períodos. Foram matriculados no início do ano letivo 30 alunos entre adultos jovens e senhores e senhoras da terceira idade. Estas pessoas possuem em comum, histórias de vida, causas e desencontros quanto à alfabetização na idade escolar própria e o desejo de serem alfabetizados e chegarem às condições de cidadãos que a sociedade exige.

Durante o período de acompanhamento das aulas teve-se a oportunidade de ouvir suas histórias de vida, bem como, os processos pelos quais não tiveram oportunidade de serem alfabetizados na idade própria. Eles relatam não terem problemas com números, administram seus bens, têm perfeita compreensão de valores, economizam, compram e vedem. Porém, a ausência de leitura e escrita é um incômodo que lhes pesam a consciência. Sentem pessoas desprestigiadas, alheios da sociedade.

As palavras das pessoas que ali estão, expressam um sentimento de distanciamento da sociedade letrada, ou seja, para os entrevistados na pesquisa, há um abismo existente entre eles e as pessoas letradas e bem-sucedidas. Através das respostas dadas na entrevista, bem como, a história relatada por eles no período de observação das aulas, é possível constatar que muitos dos pais por não terem condições para mandar seus filhos para escola, justificavam esta falta, afirmando para os filhos que a escola não lhes fazia falta, pois o importante mesmo seria ter o trabalho seja qual for este. De modo que, ainda crianças e adolescentes assumiam um trabalho, ou mesmo cuidava das tarefas de casa e dos irmãos menores para que sua mãe pudesse trabalhar. Pode-se constatar este fato por meio da resposta à entrevista realizada. Das oito pessoas entrevistadas quatro ao responder a pergunta: “Por que você não foi alfabetizado na idade própria?” responderam “porque tive que trabalhar”.

Já os mais jovens relatam uma realidade mais próxima, os infortúnios da vida, o problema financeiro, a falta de oportunidade, conduziu-os à margem da sociedade. E a certeza de um futuro melhor está no recomeço escolar em busca da cidadania e a democracia como direito de todos. Este estudo, mesmo que tardio, poderá aproximá-los de uma situação confortável diante de suas condições de semianalfabetos e mesmo de analfabetos. De acordo com a autora Cafiero, (2005,

p. 10) quando diz: “o sujeito que domina a leitura e a escrita amplia suas possibilidades de participação social e de efetivo exercício da cidadania por fazer uso competente da linguagem”. A autora relata a importância da alfabetização e letramento para a aceitação do indivíduo perante a sociedade que exige um ser adaptado ao mundo da sociedade do conhecimento.

Pode-se perceber que os jovens e adultos que voltam para a escola e se alfabetizam suas vidas são transformadas, bem como sua autoestima valorizada. Esse fato fica evidente na resposta da professora ao questionário de entrevista. Na pergunta “há manifestações de transformação pessoal de seus alunos após alfabetização?” A professora responde:

Sim, Não só após a alfabetização, mas, durante o processo, os alunos começam a ver possibilidades de modificação de suas vidas. É comum ver o quanto querem aprofundar nos conhecimentos. Muitos concluem o ensino médio e procuram uma profissão técnica. Também buscam conseguir a carteira nacional de habilitação

Neste processo, a alfabetização vai para além da decodificação de sílabas e palavras, é também uma possibilidade de sentir-se inserido no mundo, bem como lutar por seus direitos de cidadão. E nessa busca por direitos na sociedade, querem conhecer mais. Conforme ensina Paulo Freire: “Mais uma vez os homens, são desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais” (FREIRE, 1987, p. 19).

Pode-se perceber através das entrevistas que ser alfabetizado é para os alfabetizados um modo de inserção na sociedade, de oito jovens e adultos entrevistados, quatro ao serem perguntados, porque é importante ler e escrever? Responderam: “porque isso pode me inserir melhor na sociedade”. Isto confirma a hipótese apresentada no início desta pesquisa de que o processo de alfabetização contribui para a elevação da autoestima, de maneira que, é um meio dos educandos de se sentirem parte e inseridos na sociedade. Quando perguntados se “a ausência da escrita e letramento dificultou a sua vida”, seis entrevistados responderam que “sim, como autoestima e em termos de serviços de bancos e afins”. Nesse sentido, a pedagogia para jovens e adultos que estão em processo de alfabetização deve sempre levar em conta a história de vida, a realidade concreta que cerca esses educandos que ajudará não somente a decodificar palavras, a saber ler e escrever,

mas também formar uma consciência crítica que busca pela transformação social. Conforme assegura Paulo Freire:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (1987, p. 27).

O processo permanente de libertação nada mais é que a expressão de uma autoestima elevada, de se sentir como parte do mundo. Dessa maneira, pode-se afirmar que a alfabetização e o letramento contribuem no desenvolvimento social das pessoas.

Considerações Finais

Conforme pode-se evidenciar ao longo dessa pesquisa o fenômeno do analfabetismo no Brasil, pode ser explicado por razões históricas, como a herança da colonização, exploradora e do regime escravocrata na qual a educação era privilégio das classes dominantes. A educação de adultos foi questionada como um problema somente no final do Estado Novo, também pelo índice alarmante do censo de 1940, 55% de analfabetos com 18 anos ou mais. Muitas campanhas de alfabetização de adultos foram implantadas no país, Porém, todas com pouca duração e muitas mudanças políticas como as de 1964 e 1985.

De acordo com o estudo realizado, pode-se afirmar que o fenômeno do analfabetismo no Brasil ainda persiste até os dias atuais, mesmo havendo tantas políticas públicas favoráveis. São frequentes situações de encontros e desencontros com oportunidades e situação de alfabetização tardia, ser resolvidas, por vários fatores, como relata os alunos da EJA que foram acompanhados. A falta de oportunidade. A distância da escola. O longo tempo necessário para a conclusão do ano escolar. Ou mesmo por problemas com a escolarização.

Na contemporaneidade a alfabetização de adultos não é mais uma questão de lutas e desafios como foi para Paulo Freire na década de 60. Porém, questões

sociais e mesmo resquícios da herança da colonização brasileira, são freqüentes na sociedade. Políticas Educacionais brasileiras são, minimamente, oferecidas as pessoas que desejam se alfabetizarem. Resta para estas pessoas enfrentarem os desafios do cansaço do trabalho e o processo de aprendizagem com metodologias que nem sempre é adequada a faixa etária. Muitos não conseguem vencer esses desafios e acabam desistindo. Porém aqueles que vencem, sente-se valorizados e com a autoestima elevada. A pesquisa realizada nos indica que a alfabetização de jovens e adultos é ainda uma modalidade que acaba ficando em segundo plano no que se refere às políticas públicas. O que nos indica que há ainda grandes barreiras a serem vencidas, sobretudo, as barreiras sócioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de & CORSO, Angela Maria. **A educação de Jovens e adultos: aspectos históricos e sociais**. IN: EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR, 26 a 29/10/2015.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: desconceito e política de exclusão. In: **Perspectiva**, Florianópolis, V. 22, n. 01, Jan./jun. 2004, p. 11-126

FREIRE, Paulo. **Ação para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREITAS. Marcos Cesar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1929-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

HADDAD, Sergio &PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. In: scielo: mai/juh/julh/ago, n. 14, 2000, p. 108-194.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação popular**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Consultas na internet:

www.more.ufsc.br/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste acesso em 02 de abril de 2018

Questionário

Professor (a)

- 1- Qual a formação necessária para alfabetização de jovens e adultos?
 - a () Curso de magistério
 - b () Pedagogia
 - c () outra licenciatura
 - d () pós graduação específica

- 2- Porque alfabetizar pessoas que não tiveram contato com leitura e escrita na época certa?
 - a) () Para aumentar autoestima e autoconfiança
 - b) () Para executar tarefas do dia a dia
 - c) () Para ajudar eliminar o índice de analfabetismo
 - d) () inserir na sociedade pessoas convictas de seus direitos de cidadãos...

3- Quanto tempo em média o adulto gasta na sua aprendizagem de leitura e escrita para efetivar a alfabetização?

- (a) 4 anos ou mais
- (b) 3 anos
- (c) 2 anos
- (d) menos de 2 anos

4- A personalidade formada do adulto diferencia a aprendizagem?

(sim)

(não)

5- Há manifestações de transformação pessoal de seus alunos após alfabetização?

Se tiver, cite.

Aluno (a)

1- Porque é tão importante ler e escrever?

- (a) Porque isso pode me inserir melhor na sociedade
- (b) Porque o mundo exige que sejamos letrados
- (c) Porque propicia realização
- (d) Para se tornar um cidadão habilitado a dirigir veículos motorizados

2- Porque você não foi alfabetizado na idade escolar ideal?

- (a) Porque tive que trabalhar
- (b) Porque minha família não incentivou
- (c) Porque fui reprovado

(d) Não gostava de estudar

3- A ausência da escrita e letramento dificultou a sua vida?

- a) Sim, em termos de serviços de bancos e afins
- b) Sim, como autoestima
- c) Não, consigo realizar bem as tarefas do dia-a-dia
- d) Não, não me importo com o mundo letrado.

2- Houve melhora da sua vida, após a iniciação da escrita e letramento?

- a) Sim
- b) não

3- Na sua turma houve evasão?

- (a) sim
- (b) não